

A educação eugenista latino-americana

Correspondências entre os intelectuais brasileiros e argentinos nas décadas de 1920-1930

Guilherme Prado Roitberg
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Resumo: *A ciência do melhoramento racial ou eugenia foi criada no final do século XIX por Francis Galton. Baseada no determinismo biológico, essa ciência popularizou-se entre a influente elite intelectual latino-americana, levando à criação de organizações comprometidas com o aperfeiçoamento racial da população através do sanitarismo e do combate às ‘ameaças degenerativas’ representadas por negros, mestiços, estrangeiros e deficientes. Amparado pela perspectiva histórica com base na teoria crítica da sociedade, o artigo investiga o projeto utópico-racial do movimento eugenista na América Latina nas décadas de 1920-1930. Por meio de uma pesquisa documental sobre as correspondências e publicações dos eugenistas brasileiros e argentinos, analisamos as vicissitudes do campo intelectual que permitiram o desenvolvimento do racismo biológico latino-americano através da institucionalização da educação eugenista. Dialogando com a bibliografia especializada, demonstramos de que maneira tais documentos consistem em fontes fundamentais na compreensão da conexão Brasil-Argentina vislumbrada pelo movimento eugenista, bem como a permanência dessa rede de apoio intelectual ao longo do século XX.*

Palavras-chave: Eugenia, educação eugenista, racismo biológico, Renato Kehl, América Latina, teoria crítica da sociedade.

Abstract: *The science of racial improvement or eugenics was created in the late 19th century by Francis Galton. Based on biological determinism, this science became popular among the influential Latin American intellectual elite, leading to the creation of organizations committed to the racial improvement of the population through sanitary medicine and combating the ‘degenerative threats’ represented by black, mestizos, foreigners and handicapped people. Supported by historical perspective based on Critical Theory of Society, this article investigates the utopian-racial project of the eugenic movement in Latin America during the years 1920 to 1930. Through a documentary research of publications by Brazilian and Argentine eugenicists, the article seeks to understand the vicissitudes of the intellectual field that allowed the development of Latin American biological racism through the institutionalization of eugenic education. In dialogue with the specialized bibliography, it is demonstrated how these documents are fundamental sources in understanding of Brazil-Argentina connection envisioned by the eugenic movement, as well as the permanence of this intellectual support network during the 20th century.*

Keywords: Eugenics, eugenic education, biological racism, Renato Kehl, Latin America, Critical Theory of Society.

Resumen: *La ciencia de la mejora racial o eugenesia fue creada a fines del siglo XIX por Francis Galton. Basado en el determinismo biológico, esta ciencia se hizo popular entre la influyente élite intelectual latinoamericana, lo que condujo a la creación de organizaciones comprometidas con el mejoramiento racial de la población a través de la medicina sanitaria y el combate a las ‘amenazas degenerativas’ representada por negros, mestizos, extranjeros, y discapacitados. Apoyado por la perspectiva histórica basada en la teoría crítica de la sociedad, este artículo investiga el proyecto utópico-racial del movimiento eugenésico en América Latina en los años 1920-1930. Por medio de una investigación documental sobre las correspondencias y publicaciones de los eugenistas brasileños y argentinos, analizamos las vicisitudes del campo intelectual que permitieron el desarrollo del racismo biológico latinoamericano a través de la institucionalización de la educación eugenésica. En diálogo con la bibliografía especializada, demostramos cómo estos documentos son fuentes fundamentales para comprender la conexión Brasil-Argentina prevista por el movimiento eugenésico, así como la permanencia de esta red de apoyo intelectual durante el siglo XX.*

Palabras-clave: Eugenesia, educación eugenésica, racismo biológico, Renato Kehl, América Latina, teoría crítica de la sociedad.

Introdução

O objetivo central do presente artigo consiste em analisar o desenvolvimento da educação eugenista brasileira e argentina nas décadas de 1920 e 1930 a partir de uma perspectiva histórica com base na teoria crítica da sociedade, visando demonstrar o intercâmbio intelectual e a amplitude da eugenia nos países da América Latina para além das fronteiras nacionais, sem desconsiderar, contudo, as diferenças, divergências teóricas e especificidades de cada contexto. De forma específica, dialogando com a bibliografia especializada, objetiva-se demonstrar a relevância da pesquisa documental sobre o movimento eugenista na compreensão da conexão Brasil-Argentina vislumbrada por seus membros, bem como a permanência dessa rede de apoio intelectual ao longo do século XX.

Por intermédio das correspondências pessoais, traduções, livros e artigos publicados pelos médicos eugenistas brasileiros e argentinos, traremos à tona as principais informações advindas das fontes disponíveis nos acervos do Brasil¹, de modo a compreender o papel das elites intelectuais na incorporação da educação eugenista no contexto latino-americano. Em consonância com os trabalhos desenvolvidos por Kinoshita e Rocha (2013) e Silva (2008), buscamos nas

¹ As edições do *Boletim de Eugenia* encontram-se em sua íntegra no acervo online do Grupo de Estudos e Pesquisas Higiene Mental e Eugenia (GEPHE), enquanto os exemplares do periódico argentino *La Semana Médica* encontram-se arquivados na Fundação Ezequiel Dias (FUNED), situada na cidade de Belo Horizonte – MG. As obras originais de Renato Kehl – líder do movimento eugenista brasileiro e principal referência intelectual da eugenia latino-americana – foram localizadas na Biblioteca Salvador de Toledo Piza Jr. da Escola Superior de Agricultura ‘Luiz de Queiroz’ (ESALQ–USP) e na Biblioteca Nacional de la República Argentina. Por fim, as correspondências pessoais entre os eugenistas brasileiros e argentinos encontram-se no Fundo Pessoal Renato Kehl do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (Fundação Oswaldo Cruz) localizada em Manguinhos – RJ e, em menor quantidade, na Biblioteca Salvador de Toledo Piza Jr. da ESALQ–USP.

(entre)linhas desses documentos as conexões entre os processos históricos brasileiro e argentino, muitas vezes suprimidas pela historiografia tradicional restrita às fronteiras nacionais (Kinoshota/Rocha, 2013).

O racismo biológico como expressão da razão instrumental

Na esteira dos embates intelectuais sobre razão e racionalidade empreendidas pelos pensadores iluministas ao longo dos séculos XVII e XVIII, o filósofo prussiano Immanuel Kant (1724-1804) considerou que o *esclarecimento* (*Aufklärung*) englobaria a saída do homem, por meio da razão, de sua imaturidade auto-imposta. Essa imaturidade ou menoridade era compreendida como a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. Desse modo, a concepção kantiana de esclarecimento está diretamente relacionada com o conceito de autonomia: seu *sapere aude!* significaria ousar ou ter coragem de conhecer, de fazer uso da própria mente de forma autônoma e racional, sem a mediação de outro (Kant, 2012: 1). Todavia, ao afirmar que a sociedade europeia de sua época passava por um processo ainda não concluído de esclarecimento, Kant não considerou que essas mesmas luzes poderiam ofuscar o homem, tornando-o refém de um modelo autoritário e instrumentalizado de racionalidade, o qual o próprio autor reproduziu a partir de posicionamentos racistas e eurocêntricos (Bethencourt, 2018: 350-352).

Para a primeira geração dos teóricos críticos² da Escola de Frankfurt, em especial Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973), essa racionalidade instrumental, contrariando a proposição iluminista, não apenas foi incapaz de emancipar o homem, como permitiu o desenvolvimento de uma lógica totalitária de dominação, fundamentada no conformismo, no fetichismo, na alienação, na reificação e na resignação (Horkheimer/Adorno, 1985: 39-40). Ao analisar criticamente as falhas no conceito de razão e o triunfo da razão subjetiva no processo de racionalização da modernidade, Horkheimer ponderou que o progresso técnico ocorreu concomitantemente com a desumanização e a anulação da ideia de homem. Essa racionalização progressista obliterou ‘a própria substância da razão em nome da qual se apoia a causa do progresso’ (Horkheimer, 2010: 9-10). Perdendo sua autonomia e sua dimensão objetiva, a razão subjetiva tornou-se essencialmente instrumental, acrítica e relativista, se submetendo aos interesses político-ideológicos capitalistas visando o domínio dos homens e da natureza (Horkheimer, 2010: 29). ‘Quanto mais emasculado se torna o conceito de razão’, observou Horkheimer, ‘mais facilmente se presta à manipulação ideológica e à propagação das mais clamorosas mentiras’ (Horkheimer, 2010: 32).

A partir da perspectiva teórico-crítica, compreendemos o racismo biológico como uma manipulação ideológica do conceito de razão, que justificou a exploração capitalista e as desigualdades sociais por meio do discurso das desigualdades determinadas pela natureza. Utilizando o exemplo do escritor norte-americano Charles O’Connor (1710-1791), que considerava a escravidão dos negros como ‘justa, benéfica, sábia e ordenada pela natureza’, Horkheimer afirmou que no decorrer do processo histórico a razão subjetiva se tornou advogada da opressão e

² Movimento intelectual e político iniciado pelos intelectuais do Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, especificamente Max Horkheimer e Theodor Adorno, que se propôs a compreender e transformar a sociedade, com vistas à emancipação da dominação capitalista. Por meio de um materialismo interdisciplinar, admitiram o projeto de uma sociedade livre e igualitária, rompendo com o ideário da neutralidade científica da teoria tradicional e considerando que a crítica social deve ser autocrítica, uma vez que o pensamento científico e filosófico sob o capitalismo não está imune às contradições inerentes à totalidade abrigada por esse modo de produção (Horkheimer, 2010; Silva, 2019).

da desumanização (Horkheimer, 2010: 33-34). Por sua vez, as investigações de Stepan (2005) e Eraso (2013) denotaram que a esterilização de mulheres consideradas biologicamente ‘degeneradas’ na América Latina nas décadas de 1920 e 1930 foram justificadas em nome da ‘razão eugênica’, ou seja, foram institucionalizadas sob a chancela dos *homens de ciência*, reconhecidos socialmente como as autoridades detentoras da razão e, portanto, da verdade.

De acordo com Horkheimer (2010: 125), o darwinismo social se tornou uma doutrina sem nenhuma pretensão de impor imperativos éticos à sociedade, pois ‘onde quer que a natureza seja exaltada como um princípio supremo e se torne a arma do pensamento contra a inteligência racional, o pensamento manifesta uma espécie de hipocrisia’, desenvolvendo, assim, uma má consciência. Esse darwinismo que se popularizou no campo intelectual na segunda metade do século XIX rejeitava ‘quaisquer elementos da mente’ que transcendessem a função de adaptação e não fossem ‘consequentemente instrumentos da auto-conservação’. Assim, a razão desmentiria o seu próprio primado e professaria ser apenas uma simples serva da seleção natural. Nessa lógica determinista, ‘a máquina expeliu o maquinista’, ou seja, no momento de sua consumação, a razão tornou-se irracional e embrutecida em nome da auto-preservação (Horkheimer, 2010: 131).

Com o positivismo de Augusto Comte (1798-1857) essa relação entre o homem e razão instrumental se transfigurou sob o discurso do progresso científico, a partir de uma interpretação etapista e evolucionista do processo histórico. Comte foi o primeiro de uma ampla gama de ‘evolucionistas sociais’ que, embebidos em um totalitário e eurocêntrico discurso de progresso científico, contribuíram diretamente para transformar a razão em um instrumento de dominação: a concepção da luta de classes defendida pelos intelectuais marxistas e anarquistas passaria a ser substituída pela lógica da luta de raças. Observadas a partir de uma perspectiva histórica e dialética, as teorias de evolução social tornaram obsoletas as explicações do criacionismo e da imutabilidade das raças com características inatas em voga nos círculos intelectuais europeus nos séculos XVIII e XIX. Em contrapartida, as concepções evolucionistas reforçaram os modelos explicativos hierárquicos justificados em nome do progresso humano e do desenvolvimento da civilização ocidental (Bethencourt, 2018: 410-411).

No contexto de expansão colonial do final do século XIX, a cultura passou a ser considerada na compreensão das diferenças entre os povos civilizados e não-civilizados, o que explica não apenas o grande sucesso dos ‘zoológicos humanos’ entre os europeus, como o terreno fértil preparado para a germinação das teorias racialistas que tomariam força ao longo da primeira metade do século XX. Essa nova estrutura teórica promulgou, em nome da razão instrumental e do progresso, os mais cruéis preconceitos contra os povos não-europeus através de teorias da evolução social utilizadas contra minorias racializadas em diferentes países do mundo ocidental (Bethencourt, 2018: 416-417). Para Horkheimer (2010: 105), na ‘era da razão instrumental’, a natureza foi despojada de todo valor ou significado intrínseco, enquanto o homem foi despojado de todos os objetivos, exceto o de auto-conservação. Essa concepção instrumental da razão permitiu que, o princípio da dominação se transformasse no ‘ídolo ao qual tudo é sacrificado’. Observadas a partir da teoria horkheimeana, as teorias raciais que advogaram pela preservação da humanidade frente à ameaça da degeneração biológica nos permitem constatar que ‘a história dos esforços humanos para subjugar a natureza’ dialeticamente tornou-se ‘a história da subjugação do homem pelo homem’ (Horkheimer, 2010: 108-109).

Esses debates intelectuais teceram o pano de fundo para o surgimento da eugenia na América Latina nas primeiras décadas do século XX e dos projetos político-ideológicos que buscaram promulgar o racismo científico através da

educação. Nesse contexto, as ciências biológicas assumiram um papel de destaque por meio da fisiologia de Claude Bernard (1813-1878), da microbiologia de Louis Pasteur (1822-1895), das questões relacionadas à hereditariedade discutidas por Gregor Mendel (1822-1884) e da teoria evolutiva de Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829). Todavia, o ponto crucial para o surgimento das futuras teorias eugenistas encontra-se na obra de Charles Darwin (1809-1882), que em *A origem do homem e a relação sexual* (1871) fomentou discussões sobre a questão da reprodutibilidade por parte dos seres vivos mais adaptados (Kern, 2016: 38-40). Em pouco tempo, as concepções de Darwin extrapolaram os limites de seu campo: aquilo que inicialmente era um fenômeno biológico passou a ser aplicado nas investigações sobre a evolução de diversos grupos humanos.

Os princípios da ciência eugênica foram fundados por Francis Galton (1822-1911), primo de Darwin, segundo a qual a eugenia seria ‘a ciência que trata de todas as influências que melhoram as qualidades inatas de uma raça, bem como das qualidades que se pode desenvolver até alcançar a máxima superioridade’ (Galton, 1988: 165, tradução nossa). Mesmo discordando da teoria darwinista em diversos pontos relacionados à evolução e à hereditariedade, Galton afirmava que os fatores sociais poderiam tanto favorecer a degeneração da natureza humana quanto seu aperfeiçoamento. Assim, uma geração teria grandes responsabilidades sobre as gerações subsequentes, podendo contribuir para a degeneração ou aperfeiçoamento da humanidade a partir de intervenções sobre o processo reprodutivo. A intervenção biopolítica seria o único caminho para buscar o melhoramento da raça; do mesmo modo, a evolução social estaria diretamente ligada à evolução biológica proporcionada pela aplicação da ciência do melhoramento racial (Kern, 2016: 64).

Fundamentada nos pressupostos de melhoramento biológico-racial da população, a eugenia floresceria na América Latina através dos intelectuais das ciências biológicas, sobretudo geneticistas e médicos sanitaristas, com destaque para os brasileiros Renato Ferraz Kehl (1889-1974), Octavio Domingues (1897-1972) e Salvador de Toledo Piza Júnior (1898-1988) e os argentinos Victor Delfino (1883-1941) e Alfredo Fernández Verano. Longe de serem apenas meros produtos do eurocentrismo, as teorias racialistas foram incorporadas pelas elites locais, quer nativos lealistas ansiosos por reforçar a sua posição no sistema colonial, quer nativos militantes interessados em afirmar a sua própria identidade com base numa ancestralidade nobre, viril e guerreira (Bethancourt, 2018: 371-374). Foi nesse contexto em que os *homens da ciencia* promoveram a eugenia no campo intelectual latino-americano.

Racialismo e eugenia na América Latina

Dentre os principais intelectuais do século XIX, que em nome do progresso e da civilização criaram as mais preconceituosas teorias de evolução social que influenciaram diretamente a utopia racial eugenista de Francis Galton e dos eugenistas latino-americanos, podemos destacar: Herbert Spencer (1820-1903), que categorizou as sociedades históricas a partir da dicotomia entre ‘selvagem’ e ‘civilizado’; Benjamin Kidd (1858-1916), que por meio de um ‘humanismo retórico’ defendeu a superioridade dos brancos europeus sobre os demais povos; William Graham Sumner (1840-1910), liberal clássico que combateu veementemente os ideais socialistas de igualdade e naturalizou a competição para explicar o abismo social entre as classes; Georges Vacher de Lapouge (1854-1936), crítico dos ideais de igualdade do cristianismo e do socialismo, que defendeu a naturalização das desigualdades e alertou para o perigo da ascensão social das massas social e biologicamente ‘degeneradas’; William Z. Ripley (1867-1941), que dividiu

racialmente o mapa ocidental, colocando os brancos teutônicos como biologicamente superiores; Madison Grant (1865-1937), intelectual responsável pela criação das políticas racistas de imigração dos Estados Unidos da América e defensor de uma compreensão histórica movida por conflitos raciais, condenando os princípios da democracia e da igualdade e influenciando diretamente os partidários da política de extermínio nazifascista (Bethencourt, 2018: 408-416).

Os discursos racialistas se fortaleceram nesse contexto como forma de justificar as origens ‘naturais’ das desigualdades sociais e minar os movimentos que clamavam por igualdade. Ao lado de Spencer, intelectuais como Ernest Renan (1823-1892), Gustave Le Bon (1841-1931) e Hippolyte Taine (1828-1893) desenvolveram a ideia de que o progresso de determinados grupos humanos estaria diretamente relacionado ao processo de evolução biológica, transpondo as noções do darwinismo para o terreno político-social (Bethencourt, 2018: 371-374). Em pouco tempo esses autores tornaram-se os representantes do darwinismo social na Europa do século XIX, afirmando e justificando a dominação europeia sobre os outros continentes não somente através do viés político-econômico, mas sobretudo a partir de sua superioridade biológico-racial (Kern, 2016: 42-46).

Para Schwarcz (2017: 78), as doutrinas raciais do século XIX surgiram como uma reorientação intelectual, se contrapondo à visão unitária da humanidade promulgada pelo Iluminismo. A partir de então, a diversidade humana passou a ser concebida como um produto direto das diferenças raciais e a hibridização (miscigenação) como um fator degenerativo das ‘raças puras’. Na concepção de Gobineau e Le Bon, os mestiços personificaram a degeneração racial, pois herdavam sempre as características negativas das raças em cruzamento. A partir da concepção de ‘tipos puros’, a mestiçagem tornou-se sinônimo de degeneração racial e social, ideia que possibilitou o desenvolvimento da eugenia como um ideal político de submissão e eliminação das raças inferiores a partir da intervenção biopolítica (Schwarcz, 2017: 78).

Nas últimas décadas do século XIX, diversos intelectuais europeus visitaram o Brasil buscando compreender sua formação étnica, cenário em que se destacaram o naturalista e botânico bávaro Karl von Martius (1794-1868), o zoólogo suíço Louis Agassiz (1807-1873) e o escritor e diplomata francês Arthur de Gobineau (1816-1882). Esses teóricos contribuíram para os estudos sobre a composição étnica do ‘laboratório racial’ brasileiro na segunda metade do século XIX, fundando as bases do racismo através de teorias científicas que foram bem aceitas pelos intelectuais brasileiros, incluindo o ilustrado imperador Dom Pedro II (Kern, 2016: 78). Acreditando na existência de ‘raças puras’, esses intelectuais criticaram a mistura de raças (mestiçagem), atribuindo aos mestiços a explicação para a degeneração biológica e, com isso, o atraso intelectual e sociopolítico do Brasil enquanto nação (Schwarcz, 2017: 13).

As investigações historiográficas de Schwarcz (2017: 22-24) demonstram que os intelectuais do racismo não fazem parte da ‘pré-história das ciências sociais’, tampouco representaram apenas um reflexo ou importação mecânica das teorias advindas do pensamento imperialista europeu. Considerar esses intelectuais como ‘imatuross’ e seus modelos de ‘pré-científicos’ compreende uma leitura reducionista, que despreza a atuação desses sujeitos reconhecidos em um contexto de evidente aproximação entre produção científica e movimento sociais. Consideramos que esses intelectuais assimilaram as teorias raciais de sua época de forma original, apresentando-as como modelo teórico, segundo o qual o conceito de ‘raça’ ultrapassou sua definição biológica, recebendo uma conotação sobretudo social, utilizada para justificar as diferenças sociais. Desse modo, teorias formalmente

excludentes de difícil aceitação em um país miscigenado se tornaram teorias de sucesso que apontariam soluções para o destino da nação (Schwarcz, 2017: 23-25).

A partir do caminho aberto pelos teóricos racialistas, esse processo deu origem a um novo movimento social, formado por uma reduzida elite intelectual que nas primeiras décadas do período republicano defenderam a materialização dos ensinamentos da ciência do melhoramento racial no país: o movimento eugenista, cujo discurso amparava-se na regeneração racial da população brasileira.³ Sob a égide do cientificismo positivista europeu, o discurso eugenista legitimou-se sobre a autoridade do conhecimento científico para encampar a luta contra a degenerescência biológica da nação. Segundo Stepan (2005: 1-2), para além de constatar a inferioridade racial da população, o movimento eugenista incentivou uma administração científica e racional da hereditariedade, introduzindo novas políticas sociais de intervenção que incluíam uma deliberada seleção social. Assim, o termo ‘degeneração’ tomou aos poucos o lugar do conceito de ‘evolução’, postulando que o desenvolvimento adequado das nações seria fruto de sua pureza racial (Schwarcz, 2017: 79-80).

Para Souza (2019: 9-10), a eugenia se constituiu como uma ferramenta de construção da modernidade e de intervenção na vida social e na biologia humana. Enquanto ciência, prometia ‘criar uma inovadora engenharia racional capaz de produzir um novo homem, eliminando as imperfeições hereditárias e estimulando o desenvolvimento de suas habilidades físicas e mentais’. Nesse cenário, o farmacêutico e médico Renato Ferraz Kehl (1889-1974) tornou-se a figura de maior expressão no nascente movimento eugenista brasileiro e latino-americano. Nascido em Limeira – SP e formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Kehl proferiu em 1917 a *Conferência de propaganda eugenica* na Associação Cristã de Moços. Tal conferência marcou o primeiro passo de sua cruzada eugenista e apresentou os fundamentos do programa de melhoramento racial, que em poucos meses ganharia popularidade na imprensa e entre a elite intelectual brasileira, conforme demonstraram as pesquisas de Faggion e Souza (2019).

Preocupado com a herança biológica do país, Kehl acreditava que os cruzamentos desenfreados que levavam à degenerescência racial da população só poderiam ser controlados através de uma séria intervenção eugênica. A partir dessa intervenção, a população brasileira se tornaria ‘sã, forte e robusta’, eliminando o ‘sub-homem’ e evitando a decadência (Kehl, 1919: 68-69). Em pouco tempo, Kehl ganharia adeptos à sua causa, articulando com 140 membros fundadores a criação da Sociedade Eugênica de São Paulo em 1918, que contou com a participação de intelectuais como o médico-diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo Arnaldo Vieira de Carvalho (1867-1920), os sanitaristas Belisário Penna (1868-1939) e Arthur Neiva (1880-1943), além dos psiquiatras Antonio Austregésilo (1876-1960), Juliano Moreira (1873-1932) e o futuro escola-novista Fernando de Azevedo (1894-1974) (Kern, 2016: 139). Para os eugenistas, a cruzada dos médicos sanitaristas teria sido insatisfatória, uma vez que o grande problema da população brasileira (ou seja, a hereditariedade) estava longe de ser resolvido.

³ Marcado pela heterogeneidade, o movimento eugenista latino-americano se constituiu a partir de diversas vertentes e interpretações. Dos médicos sanitaristas que concebiam a eugenia como o combate às doenças relacionadas às péssimas condições de saneamento básico aos intelectuais abertamente defensores do racismo biológico, não havia consenso entre seus membros. Sem a pretensão de analisar de forma homogênea um movimento profundamente polissêmico ou ignorar os pontos de divergência entre seus protagonistas, ressaltamos que o foco do presente artigo se encontra na vertente mais radical e racista da eugenia, encabeçada por Renato Kehl e seus aliados.

De acordo com as investigações de Nalli (2019: 50-51), contrariando os teóricos racialistas e eugenistas que concebiam a miscigenação como possibilidade de embranquecimento da população, Renato Kehl apresentava uma interpretação pessimista e segregadora da ‘ciência do melhoramento racial’. Para o ‘pai’ da eugenia brasileira, a mistura de raças geraria indivíduos híbridos (impuros) e não-brancos, culminando não no embranquecimento, mas na ‘mulatização’ da nação, acompanhada de seus ‘desvios e debilidades orgânicas, psíquicas e morais’. A eugenia seria, portanto, a salvação científica perante a ameaça degenerativa que assolava o país, possibilitando frear esse processo a partir da geração de proles ‘cada vez mais puras, aperfeiçoadas, superiores e brancas’ (Nalli, 2019: 50-51).

A educação eugenista latino-americana no século XX: entre rupturas e permanências

O campo da Educação tornou-se frutífero para a ação dos eugenistas, que buscavam ‘vulgarizar conhecimentos higienicos e eugenicicos’ (Sociedade, 1919: 23). A educação eugênica, tomando a dianteira na cruzada do melhoramento racial brasileiro, assumiria um papel central na materialização do programa de intervenções proposto pelo movimento eugenista, não apenas instruindo as gerações passadas, mas resguardando através dos princípios da hereditariedade galtoniana as gerações futuras. Para os eugenistas, somente por meio do exercício sistemático de uma educação eugênica seria possível desenvolver a ‘consciência racial’. Nesse contexto, o contato entre Kehl e os professores da ESALQ–USP Octavio Domingues (1897-1972) e Salvador de Toledo Piza Júnior (1898-1988) potencializaria a divulgação e a ‘vulgarização’ da educação eugênica no Brasil.

Atuando no campo da zootecnia e da genética, esses professores engajaram-se na cruzada da educação eugênica, ministrando cursos, conferências, palestras, assumindo a direção e editando o *Boletim de Eugenia* – o maior veículo de divulgação dos pressupostos da ciência eugênica no país – na cidade de Piracicaba – SP (Habib, 2010: 297). Em seus artigos, os professores esalqueanos postulavam a elucidação dos problemas relacionados ao cruzamento entre brancos e negros (Piza Jr, 1933a: 6), um rigoroso controle matrimonial e o aperfeiçoamento da educação eugênica entre as famílias (Domingues, 1929a: 137), o ensino sobre os princípios da hereditariedade em todos os níveis da educação (Domingues, 1932b) e a urgente criação de um programa de ensino de genética nas escolas primárias e secundárias (Piza Jr, 1933b: 16). Não escondiam também sua admiração por Renato Kehl, registrando tanto em seus artigos (Piza Jr, 1930: 46-47) quanto em suas correspondências pessoais (Domingues, 1929b; 1932a) diversos elogios à trajetória intelectual e aos esforços do ‘pai’ da eugenia brasileira na ‘vulgarização’ da ciência galtoniana no país.

A literatura especializada aponta que a eugenia também foi profícua em outros países da América Latina, como Bolívia, Cuba, México, Chile, Peru, Paraguai, Uruguai e Venezuela (Stepan, 2005). Para Silva (2008: 53), o vínculo estabelecido entre Renato Kehl e Alfredo Verano evidencia que a eugenia pode ser compreendida como o ponto de união de uma comunidade científica latino-americana, em uma cruzada pelo melhoramento racial que ultrapassava os limites nacionais, permitindo a compreensão das influências intercontinentais, mas também a elaboração de teorias próprias (Silva, 2008: 11). As investigações de Kinoshita e Rocha (2013: 2) demonstram que apesar das diferentes configurações sociais, a eugenia pode ser concebida como um dos pontos de conexão entre Brasil e Argentina, permitindo o estreitamento das relações sociais e políticas através da atuação dos médicos eugenistas, que vislumbraram a criação de canais para a

circulação e divulgação das ideias sobre higienismo e educação eugênica em escala latino-americana.

Victor Delfino estudou ciências naturais, física, matemática, posteriormente migrando para a área da medicina social, higiene pública e eugenia. Foi membro de diversas comunidades científicas e diretor da revista *La Semana Médica*. Buscou fortalecer a ‘ciência do melhoramento racial’ não apenas em seu país, mas apoiando e mantendo correspondências com intelectuais de outros países (Silva, 2008: 8-9). Tornou-se o maior nome da eugenia na Argentina, sobretudo durante as décadas de 1920 e 1930, momento marcado pela crescente preocupação dos médicos sanitaristas e higienistas com problemas sociais, de saneamento e saúde pública advindos do fluxo de imigrantes. Defensor de ideias racistas e conservadoras, militou pela ‘purificação nacional’ argentina e pelo controle qualitativo e quantitativo dos imigrantes no país (Stepan, 2005: 65). Participou do Primeiro Congresso Internacional de Eugenia realizado em Londres no ano 1912, onde conheceu Renato Kehl, marcando o início de uma longa e profícua parceria (Kinoshita/Rocha, 2013: 3-4).

Delfino fundou em 1918 a Sociedad Argentina de Eugenesia, meses após a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo por Renato Kehl, da qual também era integrante. Ambas as sociedades tinham como objetivo máximo a divulgação das ideias eugênicas e o fortalecimento da ciência do melhoramento racial no campo médico e entre as elites intelectuais locais (Kinoshita/Rocha, 2013: 4). Kehl publicaria um artigo nas revistas bonaerenses *La Republica* e *La Semana Médica* e nos *Annaes de Eugenia*, elogiando a iniciativa do colega argentino e desejando que outros países do continente sul-americano seguissem o mesmo exemplo (Souza, 2006: 92). Destarte, a década de 1920 marcou o fortalecimento do laço entre os eugenistas brasileiros e argentinos, permitindo uma ampla divulgação dos trabalhos de Kehl na Argentina.

Preocupado com a ‘vulgarização’ da eugenia entre o público leigo, Kehl publicou em 1923 o livro *Fada Hygia, primeiro livro de higiene*, adotado como material didático a partir do ano de 1924 por escolas primárias em São Paulo, Distrito Federal, Pará e Pernambuco (Souza, 2006: 114). As investigações de Kinoshita e Rocha (2013: 5) evidenciam que no dia 15 de janeiro de 1925 Delfino publicou uma resenha da obra no periódico *La Semana Médica*, exaltando sua admiração pela obra do eugenista brasileiro, definindo-o como pioneiro na educação eugênica latino-americana, incentivando a criação de uma obra parecida na Argentina e desejando a tradução da obra para o espanhol. Em carta datada em 12 de março do mesmo ano, Delfino indica que Kehl havia agradecido pela resenha de sua obra no periódico, como também reforçado seu desejo pela tradução para a língua espanhola, aumentando, assim, o alcance de seu livro sobre higiene e educação eugênica. Nessa mesma carta, Delfino se prontificou não apenas a divulgar a obra de seu colega no *La Semana Médica*, como convidou Kehl para publicar seus próprios artigos no periódico (DELFINO, 1925).

Para Kinoshita e Rocha (2013, p.6), ‘as frentes de atuação de Kehl evidenciam que não bastava criar uma sociedade científica’, mas escrever obras destinadas ao público leigo e ‘cuja circulação não se restringisse somente às fronteiras nacionais’. A tradução não ocorreu, mas Kehl publicou entre 1918 e 1926 cinco artigos no *La Semana* e outros textos no periódico *La Medicina Argentina* e nas revistas *Hijo Mio* e *Viva Cien Años*. Ao longo da década de 1920, os discursos de Kehl e Delfino estavam em consonância, uma vez que ambos defendiam até esse momento a matriz preventiva da eugenia (eugenia positiva), baseada na profilaxia e na puericultura. Ambos se preocuparam com a educação infantil, buscando institucionalizar o ensino de higiene nas escolas. Para Delfino, era na fase escolar onde seria possível

identificar as crianças ‘anormais’ e ‘atrasadas’, ou seja, a escola não seria apenas o espaço para a divulgação da eugenia, mas também um ‘centro de investigação’ de crianças ‘degeneradas’ e com pré-disposição a psicopatias (Kinoshita/Rocha, 2013: 7).

Em contrapartida, inspirado pelos intelectuais alemães que anos mais tarde organizariam a política de extermínio nazifascista no Terceiro Reich (1933-1945), Kehl tornou-se defensor dos métodos radicais da eugenia (eugenia negativa), incluindo a esterilização compulsória dos indivíduos ‘degenerados’ que ameaçavam o desenvolvimento social e biológico da nação (Souza, 2006: 195-196). Todavia, não conseguiu emplacar suas teorias dentro do movimento eugenista de sua época, motivo pelo qual concebeu a educação como o caminho para a ‘vulgarização’ e ampliação do discurso eugenista no Brasil. Kehl esclarecia a diferença entre a ‘educação higiênica’, voltada a instrução das crianças desde a primeira infância, e a ‘educação eugênica’, voltada para auxiliar os jovens a realizarem suas escolhas matrimoniais segundo os princípios da eugenia. Assim, publicou em 1923 o livro *Como escolher um bom marido*, o qual recebeu a resenha de Delfino publicada no *La Semana Médica* no dia 3 de abril de 1924. Um ano mais tarde, Kehl publicaria *Como escolher uma boa esposa* (Kinoshita/Rocha, 2013: 9).

Souza (2006: 195-197) ponderou que o final da década de 1930 marcou a decadência da ciência eugênica no Brasil, após um período de sucesso da *Fada Hygia* entre os profissionais da educação, em um contexto de luta pela melhoria nas condições de higiene no país. As investigações de Hochman, Lima e Maio (2010: 493-494) demonstraram que a obra *Casa-grande & senzala* (1933) do sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987) constituiu um marco na mudança de perspectiva sobre a formação histórica do Brasil, apresentando uma visão positiva sobre a miscigenação com ênfase nas explicações culturais da sociedade brasileira, em detrimento dos argumentos fundamentados no determinismo biológico. Dentro do próprio movimento eugenista, intelectuais como Edgar Roquette-Pinto (1884-1954) e Fróes da Fonseca combateram as teses racistas da eugenia negativa encabeçada por Renato Kehl, especialmente durante o Congresso Brasileiro de Eugenia de 1929.

Segundo essa ala ‘moderada’ do movimento eugenista, o Brasil não era um país de população biologicamente degenerada, mas padecia de problemas de ordem social, como a pobreza e as condições sanitárias. A ‘linha-dura’ e ortodoxa encabeçada por Kehl foi publicamente criticada no Congresso, que marcou, segundo Hochman, Lima e Maio (2010: 493-494) a derrota, mas não o desaparecimento da vertente radical do movimento no país. Kinoshita e Rocha (2013: 10) indicaram que nesse mesmo período os resultados da aplicação das práticas eugênicas na Europa já percorriam o mundo, intensificando a decadência do discurso racista empreendido por Kehl e demais partidários da eugenia negativa. Por outro lado, nossa pesquisa documental com foco no *Boletim de Eugenia* (1929-1933) e nas correspondências entre seus diretores (Renato Kehl, Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza Jr.) demonstrou que foi justamente nesse contexto de isolamento intelectual que Kehl consolidou sua rede de apoio entre os intelectuais da ESALQ e os eugenistas argentinos e peruanos.

De Piracicaba a Buenos Aires: a consolidação da rede de apoio de Renato Kehl

Inicialmente editado no Rio de Janeiro por Renato Kehl em nome do Instituto Brasileiro de Eugenia, o *Boletim de Eugenia* foi lançado em 1929 com o objetivo de divulgar a ciência do melhoramento racial, angariar adeptos entre os ‘elementos

cultos do nosso país' (Kehl, 1929: 1) e 'despertar o interesse, na nossa elite, pelos problemas eugênicos' (Kehl, 1932b). Seus 42 números publicados entre janeiro de 1929 e junho de 1933 circulavam principalmente entre o meio médico; sua publicação mensal com tiragem de mil exemplares foi ampliada ainda em seu primeiro ano de existência, passando a ser o suplemento da revista *Medicamenta*. Para além da lista fixa de assinantes, o *Boletim* era enviado mensalmente 'às principais instituições, órgãos do governo, autoridades públicas e intelectuais brasileiros e estrangeiros' (Souza, 2006: 134). O conteúdo era composto por artigos escritos por eugenistas brasileiros, traduções de textos de intelectuais de outros países, além dos artigos redigidos por Kehl, Domingues e Piza Jr.

Os anos de 1932 e 1933 correspondem à viagem de Renato Kehl para os institutos de eugenia da Europa, resultando na transferência da direção do *Boletim* para Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza Jr., que passaram a editar o periódico na cidade de Piracicaba – SP. Os esforços dos geneticistas da ESALQ na continuidade do trabalho de 'vulgarização' da eugenia iniciado por Kehl ficam claros tanto em suas correspondências pessoais (Domingues, 1932a) quanto nas páginas do periódico (Kehl, 1932a: 1). Ademais, a experiência de Domingues e Piza Jr. no campo da genética, bem como o prestígio dos professores à frente de uma reconhecida instituição de pesquisa e ensino no país permitiram que a publicação perdesse a característica de panfleto, se aproximando do formato de um periódico científico, mais amplo em número de páginas e mais aprofundado em seus conteúdos (Habib, 2010: 299).

Ao se afastar do campo da antropologia e da medicina sanitária após as críticas às suas teses mais radicais no Congresso Brasileiro de Eugenia de 1929, Kehl encontrou na genética a base científica para sustentar o seu racismo biológico, o que reafirma a relevância desses dois geneticistas ainda pouco estudados na historiografia da eugenia. Em diálogo com os trabalhos já existentes acerca do *Boletim de Eugenia* (c.f. Mai, 1999; Rocha, 2010; 2011; Santos, 2005), consideramos que Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza Jr., mais do que meros auxiliares ou receptores passivos da obra de Renato Kehl, se constituem como intelectuais protagonistas do movimento eugenista brasileiro. Outrossim, ressaltamos em nossa pesquisa a necessidade da realização de novas investigações sobre os textos publicados por esses intelectuais no *Boletim de Eugenia*, fortalecendo as investigações sobre eugenia e educação eugênica no Brasil e na América Latina.

Constatamos que na década de 1920 e no início da década 1930, a utopia racial elaborada por Renato Kehl não apenas vislumbrou uma sociedade ideal racialmente pura, como buscou institucionalizar-se, justificar-se no discurso científico e educacional, para então tornar-se a norma biopolítica a partir de intervenções diretas de seus idealizadores: a utopia racial transformada em *práxis* eugênica. Diversos fatores denunciam o alcance da utopia racial no Brasil, como também o empenho dos eugenistas alinhados a Kehl na tentativa de institucionalização da ciência do melhoramento racial: a criação de leis restringindo a entrada de imigrantes 'degenerados' em nome do melhoramento racial (Kern, 2016: 181); o estímulo à educação eugênica na Constituição Brasileira de 1934 promulgada pelo presidente Getúlio Vargas (1882-1954) (Rocha, 2014: 11); o engajamento de militantes do movimento escolanovista com a causa da vulgarização da educação eugênica através do sistema de ensino e, com isso, a influência do movimento eugênico na organização da educação pública no Brasil (Schneider/Meghioratti, 2012: 10-11); a criação de manuais escolares para o ensino dos pressupostos eugênicos para crianças através da educação física e da higienização (Kinoshita, 2013: 125-127).

As pesquisas de Kinoshita e Rocha (2013: 10-11) apontam que as contracapas dos livros de Renato Kehl encontrados na Biblioteca Nacional de la República

Argentina possuem marcas de carimbos datados da década de 1940, conjuntura marcada pela ascensão da eugenia no país. As autoras elucidam que a tradução da obra de Kehl indica o sucesso de suas ideias dentre o movimento eugenista argentino, justificando o interesse de seus apoiadores em ter suas obras lidas e publicadas nesse país. Os livros de Kehl encontrados na Biblioteca Nacional de la Republica Argentina, localizada em Buenos Aires, envolvem originais e traduções, como *A eugenia: ciencia do aperfeiçoamento moral e physico dos seres humanos* (1917), *Sexo e civilização: novas diretrizes* (1933), *Conduta: livro guia para a formação de caráter* (1939), *Tipos vulgares: contribuição à psicologia pratica* (1940), *Psicologia da personalidade* (1941), *Medicina e bio-perspectivismo* (1942), *Pensamentos* (1942), *Catecismo para adultos* (1942), *A cura do espírito* (1946), *Envelheça Sorrindo* (1949), *Por que sou eugenista* (s/d), *Genialidade e degeneração* (s/d), *Educação moral* (s/d) e *Tipos vulgares: contribución a la psicología práctica* (1938), enquanto o livro *Conducta: guía para la formación del carácter* (1940) foi localizado pelas autoras na biblioteca da *Universidad Nacional de San Juan* (Kinoshita/Rocha, 2013: 2-3).

Em oposição à decadência da eugenia no contexto brasileiro, o movimento eugênico argentino fortaleceu-se com o golpe de estado de 1930 liderado pelo general José Félix Benito Uriburu (1868-1932), período em que os médicos intensificaram o contato com os cientistas da Itália. Entusiasta do fascismo italiano, Uriburu encomendou uma missão até a Europa, levando os médicos Arturo Rossi e Octavio López direto para os centros de biotipologia do país. Ao retornar, eles criam a Associação Argentina de Biotipología, Eugenesia y Medicina Social (1932-1943), aglomerando os intelectuais eugenistas e contribuindo para a circulação dos livros e ideias de Kehl. Para Kinoshita e Rocha (2013: 11)

*[...] os trabalhos publicados por Renato Kehl no Brasil dialogavam com o contexto de ascensão da ciência eugênica na Argentina, servindo, em muitos casos, como apoio ao movimento, e também como base teórica para o desenvolvimento de tais ideias no país. O entusiasmo argentino em relação às obras de Renato Kehl era tão intenso, que algumas obras chegaram a ser traduzidas e adaptadas para a língua espanhola, como é o caso dos livros *Tipos vulgares: contribución a la psicología práctica* (1938) e *Conducta: guía para la formación del carácter* (1940).*

Nessa conjuntura, Renato Kehl trocou diversas correspondências com Alfredo Fernandez Verano, fundador da Liga Argentina de Profilaxia Social (1921) e grande apoiador do trabalho de Victor Delfino (que faleceria em 1941). Sua Liga almejava divulgar os ideais eugênicos após o fechamento da Sociedade Eugênica Argentina e produzir materiais de campanha contra o alcoolismo e doenças venéreas, que se tornariam obrigatórios para os educadores do país. Em 1942, Verano traduziu a obra *Conduta: livro guia para a formação do caráter*, afirmando na seção destinada ao leitor o alcance e a importância da tradução das obras de Kehl para público argentino, sobretudo para os jovens leigos e como material de apoio para pais e professores no ensino da educação eugênica. Assim como Kehl e Delfino, Verano, defendeu a institucionalização da educação eugênica direcionada às crianças e aos jovens, visando ‘formar cidadãos compatíveis com os anseios dos médicos eugenistas, anseios esses partilhados por diferentes segmentos da intelectualidade’ (Kinoshita; Rocha, 2013: 12-14).

A pesquisa documental de Souza (2006: 92) demonstra que o círculo eugenista latino-americano não se restringiu ao eixo Brasil-Argentina. Ao lado de Kehl, Delfino e Verano, o eugenista peruano Carlos Henrique de Paz Soldan também almejava ampliar o movimento na América Latina, facilitando a publicação de alguns trabalhos de Renato Kehl na imprensa peruana. Em carta enviada a Kehl datada em 18 de março de 1919, Delfino afirmaria que ‘do amigo Paz Soldan, de

Lima, tenho notícias recentes, na ocasião em que me enviou uma publicação sua' (Delfino, 1919). Do mesmo modo, em nossa pesquisa de campo realizada nos arquivos da ESALQ-USP, encontramos diversos documentos que revelam uma intensa correspondência dos intelectuais de Piracicaba tanto com Renato Kehl quanto com membros do movimento eugenista mexicano. As cartas datadas na década de 1960 correspondem a um período posterior ao nosso recorte temporal, mas denotam a permanência dessa rede intelectual ao longo do século XX.

As correspondências enviadas pela Sociedad Mexicana de Eugenesia (fundada em 1931) ao professor esalqueano Salvador de Toledo Piza Jr. são em sua maioria assinadas por Dr. Eugênio Echeverría (presidente da sociedade), Dr. Miguel López Esnaurrizar (vice-presidente) e Dr. Alfredo Saavedra (secretário geral). Tais correspondências versam, em linhas gerais, sobre notícias do movimento eugenista internacional, pequenos textos com as máximas da 'moral eugênica' e panfletos sobre a necessidade do controle procriacional por meio de casamentos eugênicos. Algumas correspondências demonstram ainda que os intelectuais mexicanos acompanhavam as publicações de Kehl e Piza Jr., fazendo elogios e comentários críticos no corpo das cartas (Echeverría; Saavedra, 1966).

Em carta datada em 12 de junho de 1969, Alfredo Saavedra solicita a Piza Jr. seu *currículum vitae* e o novo endereço do sócio-honorário Renato Kehl para o envio de futuras correspondências. Nessa carta, Kehl é definido como um 'eminente humanista que como homem de ciência sempre consideramos como nosso pioneiro na América', ressaltando a importância e o prestígio do médico brasileiro frente ao movimento eugenista latino-americano. Assim como todas as correspondências da Sociedad Mexicana de Eugenesia a Salvador de Toledo Piza Jr., a carta é encerrada com a frase em caixa alta: 'POR UMA HUMANIDADE MELHOR' (Saavedra, 1969).

Mesmo após o declínio do movimento em uma escala global na segunda metade do século XX, consideramos que os discursos eugênicos por parte de movimentos políticos conservadores, a produção intelectual que busca justificar através do discurso científico o melhoramento racial e as práticas de esterilização compulsória demonstram a permanência da eugenia enquanto utopia racial nos dias atuais. Ao lado da linha tênue que separa os cuidados com a saúde da população da imposição de padrões embrionários nos laboratórios em nome do aperfeiçoamento genético (Habermas, 2004), essa permanência nos coloca em estado de alerta frente à razão instrumental e os perigos representados pela manutenção desse ideal.

Considerações finais

A partir do diálogo entre a pesquisa documental e bibliográfica, verificamos que a eugenia latino-americana constitui um movimento original, heterogêneo e polissêmico, que se configurou a partir de diferentes interpretações. Sem desconsiderar essas diferenças, constatamos que Renato Kehl se tornou uma referência no campo intelectual latino-americano, com especial influência no contexto brasileiro e argentino, sobretudo entre os eugenistas radicais, alinhados ao racismo biológico. Em diálogo com a literatura especializada, os documentos analisados demonstram que a institucionalização da educação eugênica foi o maior ponto de convergência entre esses intelectuais. Do mesmo modo, observamos que essa rede não se restringiu ao eixo Brasil-Argentina, como denunciam as correspondências entre Renato Kehl e o eugenista peruano Carlos Henrique de Paz Soldan e as correspondências entre Salvador de Toledo Piza Jr. e a *Sociedad Mexicana de Eugenesia* até o final da década de 1960.

A hipótese da eugenia como expressão da razão instrumental está em consonância com a pesquisa histórica de Schwarcz (2017) e Schwarcz e Starling (2015), que demonstraram que o discurso do combate à degeneração biológica, longe de ser ‘irracional’ ou ‘pseudocientífico’, foi justificado pelos intelectuais de forma racional no campo do direito, da política, das ciências biológicas e da educação. Constituídos como autoridades científicas de sua época, esses intelectuais garantiram o apoio político e intelectual na manutenção da hierarquia racial e das desigualdades sociais, deslocando o debate jurídico sobre a cidadania e a igualdade dos negros e mestiços para o campo da Biologia. A partir dessa lógica determinista e branqueadora foi possível justificar cientificamente a inferioridade negra e mestiça, escamoteando o passado escravocrata e sua influência direta nas desigualdades do país.

A razão subjetiva permitiu o desenvolvimento de uma interpretação instrumentalizada e hierarquizada que naturalizou a história e transformou as hierarquias sociais em dados imutáveis. Destarte, o discurso da ‘nação doente’ que precisava ser curada impôs às populações negras e mestiças um racismo silencioso, mas cientificamente eficaz. E para que essa ‘consciência racial’ se desenvolvesse efetivamente, os intelectuais alinhados a Renato Kehl compreenderam a necessidade de instruir, por intermédio da educação eugênica, os *homens de ciência*. Conforme demonstrou Horkheimer (2010: 38-39), ‘quanto mais a propaganda científica faz da opinião pública um simples instrumento de forças obscuras, mais a opinião pública surge como um substitutivo da razão’.

A partir dos documentos analisados, podemos concluir que a pesquisa histórica de caráter transnacional nos permite superar os limites geográficos e, sem ignorar as especificidades de cada contexto e as divergências entre seus protagonistas, compreender a eugenia enquanto um movimento intelectual de escala latino-americana que, sob a égide da razão instrumental, criou suas instituições e elaborou uma leitura própria da ciência galtoniana a partir da realidade local. Por fim, ponderamos que a manutenção do racismo biológico e das práticas eugênicas mesmo após a decadência do movimento na segunda metade do século XX demonstra não apenas a atualidade do tema, como também a relevância da pesquisa histórica na elucidação desse complexo processo marcado por conexões, rupturas e permanências.

Referências

Fontes primárias

- Delfino, V. 1925. Correspondência a Renato Kehl. Buenos Aires, Argentina, 12 de março de 1925. Fundo Pessoal Renato Kehl, Departamento de Arquivo e Documentação, Casa de Oswaldo Cruz (DAD–COC/Fiocruz).
- Delfino, V. 1919. Correspondência a Renato Kehl. Buenos Aires, Argentina, 18 de março de 1919. Fundo Pessoal Renato Kehl, DAD–COC/Fiocruz.
- Domingues, O. 1929a. *A hereditariedade em face da educação*. São Paulo: Melhoramentos.
- Domingues, O. 1929b. Correspondência a Renato Kehl. Piracicaba, 22 de julho de 1929. Fundo Pessoal Renato Kehl, DAD–COC/Fiocruz.
- Domingues, O. 1932a. Correspondência a Renato Kehl. Piracicaba, 05 de março de 1932. Fundo Pessoal Renato Kehl, DAD–COC/Fiocruz.
- Domingues, O. 1932b. “Limalhas de um eugenista”. *Boletim de Eugenia* 4 (38): 26-30.
- Echeverría, E.; Saavedra, A.M. 1966. Correspondência da *Sociedad Mexicana de Eugenesia* a Salvador de Toledo Piza Jr. Acapulco, México, 7 de julho de 1966. Biblioteca Salvador de Toledo Piza Jr.

Departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ–USP).

Kehl, R.F. 1919. “Conferência de propaganda eugenica”. Em: Sociedade Eugênica de São Paulo. *Annaes de Eugenia*. São Paulo: Ed. Revista do Brasil, 65-80.

Kehl, R.F. 1923. *Fada Hygia*. Rio de Janeiro: Editora Livraria Francisco Alves.

Kehl, R.F. 1929. “O nosso boletim”. *Boletim de Eugenia* 1 (1): 1.

Kehl, R.F. 1932a. “A nova fase do Boletim de Eugenia”. *Boletim de Eugenia* 4 (37): 1.

Kehl, R.F. 1932b. Correspondência a Octavio Domingues. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1932. Fundo Pessoal Renato Kehl, DAD–COC/Fiocruz.

Piza Jr., S. de T. 1930. “Anotações à margem das ‘Lições de Eugenia’ do Dr. Renato Kehl”. *Revista de Agricultura* 5 (1-2): 46-49.

Piza Jr., S. de T. 1933a. “A hereditariedade da cor da pele no casamento branco-preto. (Conclusão)”. *Boletim de Eugenia* (41): 6-12.

Piza Jr., S. de T. 1933b. “Um programa para a eugenia”. *Boletim de Eugenia* 5 (42): 16.

Saavedra, A. 1969. Correspondência da *Sociedad Mexicana de Eugenesia* a Salvador de Toledo Piza Jr. Acapulco, México, 12 de junho de 1969. Biblioteca Salvador de Toledo Piza Jr. Departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia, ESALQ–USP.

Sociedade Eugênica de São Paulo. 1919. *Annaes de Eugenia*. São Paulo: Edição da Revista do Brasil.

Bibliografia geral

Bethencourt, F. 2018. *Racismos: das Cruzadas ao século XX*. Tradução de Luís Oliveira Santos. São Paulo: Companhia das Letras.

Faggion, M. O.; Souza, S.C. de O. 2019. “Correio Paulistano (1918-1929) e a popularização do ideário da eugenia”. Em *A busca da perfeição: o ideário eugenista em pauta*, organizado por M.L. Boarini, 57-81. Maringá: EDUEM.

Freyre, G. 2006. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global.

Galton, F. 1988. *Herencia y eugenesia*. Alianza Universidad: Madrid.

GEPHE. Grupo de Estudos e Pesquisas Higiene Mental e Eugenia. Arquivos digitalizados. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/>. Acesso em 20/07/2020.

Habermas, J. 2004. *O futuro da natureza humana*. São Paulo: Martins Fontes.

Habib, P.A.B.B. 2010. “Agricultura e Biologia na Escola Superior de Agricultura ‘Luiz de Queiroz’ (ESALQ): os estudos de genética nas trajetórias de Carlos Teixeira Mendes, Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza Jr. (1917-1937)”. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro.

Hochman, G.; Lima, N.T.; Maio, M.C. 2010. *The path of eugenics in Brazil: dilemmas of miscegenation*. In *The Oxford handbook of the history of eugenics*, organizado por A. Bashford and P. Levine, 493-510. New York: Oxford University Press.

Horkheimer, M. 2010. *Eclipse da razão*. Tradução de Sebastião Uchoa Leite. 7ª ed. São Paulo: Centauro.

Horkheimer, M.; Adorno, T.W.; 1985. *Dialética do esclarecimento*. Tradução Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

Kant, I. 2012. “Resposta à questão: o que é esclarecimento? *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?*” Tradução de Márcio Pugliesi. *Revista Cognitio*, São Paulo 13 (1): 145-154.

Kern, G.S. 2016. “*Educar é eugenizar: racismo, eugenia e educação no Brasil (1870-1940)*”. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre.

Kinoshita, C.T. 2013. “Um D. Quixote científico a pregar para uma legião de Panças: os manuais de higiene à sombra da eugenia (1923-1936)”. Dissertação de mestrado (Educação). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

- Kinoshita, C.T.; Rocha, H.H.P. 2013. “Renato Kehl, Víctor Delfino e Alfredo Verano: circulação de ideias eugênicas entre Brasil e Argentina”. Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação. Disponível em: <http://bit.do/kehl>. Acesso em 20/07/2020.
- Mai, L.D. 1999. “Boletim de Eugenia (1929-1931): um estudo sobre forças educativas no Brasil”. Dissertação (Mestrado em Fundamentos da Educação). Departamento de Educação da Universidade Estadual de Maringá.
- Nalli, M.A.G. 2019. “Antropologia e racismo no discurso eugênico de Renato Kehl”. Em *A busca da perfeição: o ideário eugenista em pauta*, organizado por M.L. Boarini, 31-56. Maringá: EDUEM.
- Rocha, S. 2010. “Eugenia no Brasil: análise do discurso ‘científico’ no Boletim de Eugenia: 1929-1933”. Tese (doutorado). Programa de História da Ciência. PUC-SP.
- Rocha, S. 2014. “Educação eugênica na constituição brasileira de 1934”. Anais do X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1305-1.pdf. Acesso em 20/07/2020.
- Santos, A.R. 2005. “Quando a eugenia se distancia do saneamento: as ideias de Renato Kehl e Octávio Domingues no Boletim de Eugenia (1929-1933)”. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.
- Schneider, E.M.; Meghioratti, F.A. 2012. “A influência do movimento eugênico na constituição do sistema organizado de educação pública do Brasil na década de 1930”. Anais do IX ANPED Sul, 1-12. Disponível em: <http://bit.do/anped2012>. Acesso em 20/07/2020.
- Schwarcz, L.M. 2017. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. 15ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras.
- Schwarcz, L.M.; Starling, H.M. 2015. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, E.P.B. 2019. “Justiça social em perspectiva crítica: formulações contemporâneas e horizontes periféricos”. Tese de doutorado (Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.
- Silva, J.I. 2008. “Por uma eugenia latino-americana: Víctor Delfino e Renato Kehl”. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em História. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
- Souza, V.S. 2019. A história da eugenia em perspectiva. Em *A busca da perfeição: o ideário eugenista em pauta*, organizado por M.L. Boarini, 57-81. Maringá: EDUEM.
- Souza, V. S. 2006. “A política biológica como projeto: a ‘eugenia negativa’ e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)”. Dissertação de Mestrado (História das Ciências), Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.
- Stepan, N. L. 2005. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.